

Tabela 10 – Participação % da Exportação, segundo os Estados da Região Nordeste – 2002

Estados	Participação (%) Exportações Regionais
Maranhão	14,0
Piauí	1,0
Ceará	11,7
R. G. do Norte	4,8
Paraíba	2,5
Pernambuco	6,9
Alagoas	6,4
Sergipe	0,8
Bahia	51,9
Total	100,0

Fonte: GEIPOP; MI; PNUD/SIG

O derradeiro aspecto a ressaltar, neste quadro quanto às condições da atividade econômica piauiense, tem relação com o papel do Estado como ator também econômico, tendo em vista sua significativa presença no PIB estadual e o axioma, de refutação impossível, de que dele depende a economia e que, portanto, sua saúde financeira é elemento vital para recomposição das condições de governabilidade da sociedade do Piauí, bem como das possibilidades de êxito na execução das metas e objetivos de médio prazo da administração pública estadual.

A Tabela 11 indica um primeiro dado objetivo para análise da situação da gestão estadual em face do comprometido do Tesouro com as parcelas de vencimento do contrato da dívida. Mostra portanto, as condições em que vários Estados nordestinos tiveram seus acordos de renegociação aprovados pelo Senado Federal. Na tabela, torna-se visível que os termos acordados para a renegociação dos débitos estaduais foram, de certo modo, desfavoráveis à nossa economia, de vez que outros Estados obtiveram condições mais vantajosas em termos de prazo e limite de comprometimento com os dispêndios mensais do contrato.

Tabela 11 – Condições de refinanciamento da dívida estadual

UF	Assinatura do Contrato	Prazo (no. de anos)	Limite de Comprometimento (%)	Encargos (% a.a.)
Maranhão	22.01.1998	30	13	IGP-DI + 6,0
Piauí	20.01.1998	15	13	IGP-DI + 6,0
Ceará	17.10.1997	15	12	IGP-DI + 6,0
R. G. Norte	26.11.1997	15	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
Paraíba	31.03.1998	30	11 a 13	IGP-DI + 6,0
Pernambuco	23.12.1997	30	12	IGP-DI + 6,0
Alagoas	29.06.1998	30	15	IGP-DI + 7,5
Sergipe	27.11.1998	30	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
Bahia	01.12.1997	30	11,5 a 13	IGP-DI + 6,0
São Paulo	22.05.1997	30	8,86 a 13	IGP-DI + 6,0
R.de Janeiro	29.10.1999	30	12 a 13	IGP-DI + 6,0
M. Gerais	18.02.1998	30	6,79 a 13	IGP-DI + 7,5
R. G. do Sul	15.04.1998	30	12 a 13	IGP-DI + 6,0

Fonte: Mora, Mônica. "Federalismo e Dívida Estadual no Brasil", IPEA, TD no. 886, p. 24. Os dados foram retirados das Resoluções aprovadas no Senado Federal, disponíveis no endereço www.senado.gov.br

Além disso, posteriormente à negociação, novos empréstimos foram sendo contratados, configurando uma dívida que é chamada, extra-limite. Em números de 2003, os valores de dispêndio do Tesouro Estadual com os desembolsos das dívidas intra e extra limite têm correspondido a cerca de 22% da RCL, tornando-se um dos problemas mais graves para a recuperação da capacidade de investimento estadual.

Cabe anotar igualmente, que a dívida pública do Piauí, em números para o ano de 2000, que pouco se alteraram até o ano de 2003, correspondia a 1,91 vez a nossa Receita Corrente Líquida (RCL) ou o equivalente a cerca de 50% do Produto Interno Bruto estadual. Em números relativos, o Piauí possui a segunda maior dívida do Nordeste, perdendo apenas para o Maranhão, cuja dívida representava 2,14 vezes a RCL estadual. Atualizado, o saldo devedor em 30 de julho de 2003, o valor total do débito ainda corresponde a R\$ 2,73 bilhões, representando, como previsão orçamentária para o ano de 2004, cerca de 18% dos gastos totais do Estado.

1.5. A Realidade Social: Educação, Saúde e Saneamento:

A partir de uma visão macro do atual momento econômico brasileiro, do qual o Piauí não pode fugir, tem-se um cenário de dificuldades no qual assumem relevância prioridades como: a busca do equilíbrio financeiro, a contenção da ameaça inflacionária, e o controle

das taxas de juros, fiel entre o equilíbrio das contas e a credibilidade do mercado externo. Essa conjuntura impõe momentâneo refluxo no volume de investimentos públicos, ainda que contrarie a vontade governamental de mudar esta situação.

O cenário nacional tem seu corolário no Estado do Piauí, com o agravante de que, proporcionalmente, este Estado é demasiado pequeno diante da União, para cuja economia contribui com menos de 0,5%, e para a população com pouco menos de 2%.

Trabalho específico de análise proposto pelo Banco Mundial para em economia piauiense, finalizado em 2003, enfatiza que em relação aos indicadores sociais, o Piauí tem um dos piores índices entre os Estados brasileiros e que, no que se refere aos dados da renda mesmo admitindo alguns parâmetros usados para o cálculo da pobreza rural no Brasil, o Piauí aparece como o segundo estado mais pobre com relação à renda per capita.

Quando, no entanto, se utilizam métodos de cálculos mais sofisticados, o Piauí aparece como um dos Estados em que a pobreza é mais enraizada no país. A partir de elaborações em torno dos dados da PNAD, mostra-se que o Piauí tem o segundo mais alto índice de pobreza da região, se medido pela proporção da renda total do Estado. A extensão da pobreza, Tabela 12, vista pelo lado social, indica que a quantidade de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza é maior do que os das pessoas que estão perto da linha de pobreza, e que o Piauí, particularmente, só ultrapassa o Maranhão, sendo que sua pobreza é quase 40% maior do que a Estado da Bahia, por exemplo.

Tabela 12 - Como o Piauí é comparado em Renda, Desigualdade e Pobreza

	População (milhões)	Renda Per Capita (R\$)	GINI (Renda)	P ₀	P ₁	P ₂
Brasil	169,6	5.648	0.60	27,7%	10,8%	7,5%
Nordeste	47,7	2.603	0.62	52,3%	21,2%	13,8%
Piauí	2,8	1.624	0.60	59,8%	26,4%	17,7%
Maranhão	5,6	1.348	0.58	60,1%	24,2%	14,9%
Ceará	7,4	2.684	0.62	54,5%	22,7%	15,2%
Bahia	13,1	3.014	0.61	51,0%	19,8%	12,8%
Pernambuco	7,9	3.296	0.62	49,4%	20,0%	13,4%

Fonte: População, IBGE 2000; Renda, IBGE 1998; Desigualdade e Pobreza, PNAD 1999.

As relações entre as causas da pobreza/crescimento econômico/urbanização/ascensão social têm sido estudadas com certa ênfase, mas os resultados não conseguem indicar, com clareza, as efetivas soluções para os problemas que a sociedade enfrenta. O crescimento urbano não responde, de modo satisfatório, às necessidades de crescimento social, como não responde às questões básicas da pobreza, da falta de emprego, das falhas no atendimento à saúde, educação e segurança. Há muitos problemas a resolver.

Entre todas as questões fundamentais da pobreza ainda sem resposta adequada está a do desemprego, e os números a este respeito são claros. Na verdade, as soluções para o desemprego não surgirão a curto prazo, pois embora se saiba da sua urgência, também se sabe da dimensão da tarefa que venceu tantas administrações e continua tão presente como sempre.

Entretanto, é curioso observar, considerando as pesquisas do IBGE/PNAD, que a falta de ocupação remunerada para grande parte da população tem sido, de fato, um problema crítico, de caráter permanente, mas, não crescente, mesmo crescendo a população.

Em 1983, a população acima de 10 anos de idade estava composta de 1.550.013 pessoas, das quais 754.632, ou 53,94%, encontravam-se ocupadas. Dezenove anos mais tarde, isto é, no ano 2002, o total daquela população atingiu 2.346.685 pessoas, estando 1.431.292 em atividade, correspondente a 61,0% da população considerada. Ou seja, em termos proporcionais, a quantidade de pessoas em atividade tem crescido mais que a população de pessoas acima de 10 anos, no mesmo período de tempo, conforme pode ser analisado na Tabela 13.

Todavia, esta constatação não pode servir de conforto, porque ainda existe um grande número de pessoas em idade produtiva fora do círculo econômico, sem considerar o fato de que parcela significativa das pessoas com emprego remunerado recebe baixos salários, conforme identificado claramente na Tabela 4. Portanto, a redução da pobreza continua a ser um desafio de difícil solução e que contribui para manter o Estado em posição pouco satisfatória no quesito do desenvolvimento humano.

Tabela 13 - População acima de 10 anos de idade, população economicamente Ativa e respectivos percentuais, em distintos períodos, no Estado do Piauí.

ANOS	População acima de 10 anos de idade (A)	Relação interanual (%)	População Economicamente Ativa (B)	Relação interanual (%)
2002	2 346 685	12,64	1 431 292	7,19
1995	2 083 431	8,12	1 335 289	22,03
1990	1 926 972	15,76	1 094 209	20,61
1985	1 664 556	7,39	907 250	8,50
1983	1 550 013	-	836 154	-

Fonte dos dados básicos: IBGE/PNAD. 1983/1985/1990/1995/2002

Utilizando números do IBGE/PNAD (2002) e observando a dicotomia urbano/rural, percebe-se que a maior parcela das pessoas economicamente ativas e menos beneficiadas com instrução escolar está localizada na área rural. Evidente que esta constatação não surpreende, mas estabelece a convicção de que maiores esforços deverão ser empreendidos no sentido de modificar para melhor a educação no Estado, com mais ênfase para a zona rural, como parte não apenas de um programa de educação convencional e sim de um programa cujos fins confluem para a própria modernização das atividades do setor primário.

A análise da população piauiense economicamente ativa, na sua localização urbano/rural, revela o seguinte quadro, por estrato de anos de estudo: